

Parecer n.º 326/2012

Data: 2012.10.16

Processo n.º 389/2012

Queixa de: Vumba - Exploração Florestal Agro-Pecuária e Turismo, S.A.

Entidade requerida: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

I - Factos e pedido

1. Vumba - Exploração Florestal Agro-Pecuária e Turismo, S.A, requereu ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.) ” (...) *certidão dos seguintes documentos: Doc. 1 - Guia de Receita 2009/ASA/763901, no valor de 2,269.71€, com todos os documentos que fazem parte da sua fundamentação, controlo administrativo e/ou de campo, bem como do Despacho com a Decisão que ordenou a retenção da referida verba de 2,269.71€; assim como a Delegação de Competências a quem foi atribuído a competência que ordenou a Decisão da retenção da verba. Doc. 2 - Guia de Receita 2008/ASA/763901, no valor de 255.96€, com todos os documentos que fazem parte da sua fundamentação, controlo administrativo e/ou de campo, bem como do Despacho com a Decisão que ordenou a retenção da referida verba de 255.96€; assim como a Delegação de Competências a quem foi atribuído a competência que ordenou a Decisão da retenção da verba. Doc. 3 - Guia de Receita 2010/ASA/763901, no valor de 121.60€, com todos os documentos que fazem parte da sua fundamentação, controlo administrativo e/ou de campo, bem como do Despacho com a Decisão que ordenou a retenção da referida verba de 121.60€; assim como a Delegação de Competências a quem foi atribuído a competência que ordenou a Decisão da retenção da verba. Ficamos a aguardar que a certidão requerida seja passada dentro do prazo estabelecido na lei, 10 dias (...)*”.
2. Face à ausência de resposta, a queixosa apresentou queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).
3. Convidada a pronunciar-se, a entidade requerida nada disse.

II - Apreciação jurídica

1. A entidade requerida encontra-se sujeita à Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização (LADA). É o que resulta da alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º do mencionado diploma, ao qual se reportam os preceitos adiante mencionados sem qualquer outra referência.
2. De acordo com a alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º, considera-se documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora,

eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome.

3. O regime geral do acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º da LADA, nos termos do qual: *“Todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo”*. Assim, o regime de acesso a documentos sem natureza nominativa é generalizado e livre.

4. O artigo 6.º identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham informação nominativa (n.º 5);
- b) Quando os documentos contenham “segredos de empresa” (n.º 6);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4).

O direito de acesso à informação está sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado¹.

5. Por seu turno, considera-se documento nominativo, o documento administrativo que contenha, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada (cfr. artigo 3.º, n.º 1, alínea b)).

São de classificar como documentos nominativos, por exemplo, os que revelem informação de saúde, bem como informação relativa à vida sexual, às convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

Os documentos nominativos são comunicados, mediante requerimento, ao titular da informação neles vertida, sendo que um terceiro só tem direito de acesso a documentos nominativos se estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar *interesse directo, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade* (artigo 6.º n.º 5).

6. Os documentos nominativos *“são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada”* (artigo 6.º, n.º 7).

7. A queixosa solicitou o acesso às guias de receita n.ºs 2009/ASA/763901, 2008/ASA/763901 e 2010/ASA/763901 com todos os documentos que fazem parte

¹ Cfr. sobre o tema, por exemplo, J. J. Gomes Canotilho / Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4.ª ed., I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda / Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, Coimbra, 2005, p. 430;

da sua fundamentação, controlo administrativo e/ou de campo, o despacho com a decisão que ordenou a retenção das verbas de € 2.269,71, € 255,96 e € 121,60, bem como a delegação de competências.

8. Documentos que dizem respeito, ao que parece, a processos de pagamentos decorrentes do financiamento e ajudas diretas nacionais e comunitárias no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos.

Esses processos, que não contêm, em princípio, informação nominativa, nem “segredos de empresa” (neste sentido, vejam-se designadamente os Pareceres da CADA n.ºs 13/2009 e 117/2012²), são de acesso livre generalizado.

Quem pretenda aceder aos mesmos não tem necessidade de justificar ou de fundamentar o respetivo pedido.

Assim, deve o IFAP, I.P., facultar à queixosa os documentos solicitados.

9. Uma outra questão que cabe apreciar, é a do pedido de acesso a informação referente a delegação de competências.

10. É sabido que a lei permite, em regra, que a competência atribuída a certo órgão possa ser, em parte, delegada noutro órgão.

Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 35.º do CPA, “os órgãos administrativos competentes para decidir em determinada matéria podem, sempre que para tal estejam habilitados por lei, permitir, através de um acto de delegação de poderes, que outro órgão ou agente pratiquem actos administrativos sobre a mesma matéria”.

Como a competência não se presume, é necessário que uma lei preveja expressamente a faculdade de um órgão delegar poderes noutro (lei de habilitação).

Isso mesmo é imposto pela nossa Lei Fundamental, no artigo 111.º, n.º 2, ao dispor que “nenhum órgão de soberania, de região autónoma ou do poder local pode delegar os seus poderes noutros órgãos, a não ser nos casos e nos termos expressamente previstos na Constituição e na lei”.

Além da lei de habilitação, são, obviamente, ainda requisitos da delegação de poderes a existência de um delegante e de um delegado e de um ato de delegação.

Tais atos de delegação de competência para que possam produzir efeito têm que ser publicitados, nos termos do disposto no artigo 37.º, n.º 2 do CPA.

11. Sendo que, essa informação a que a queixosa pretende aceder é, nos termos da LADA, não nominativa, de acesso livre e irrestrito.

² Disponíveis em www.cada.pt.

Qualquer particular tem o direito de a ela aceder, sem necessidade de enunciar qualquer interesse³.

12. Assim, a entidade requerida deve, também, facultar à queixosa o acesso ao ato de delegação de competências.

Neste sentido pronunciou-se o Tribunal Central Administrativo do Sul, no seu Acórdão de 12 de maio de 2011 (Processo n.º 07549)⁴: “ (...) Com efeito, ainda que estejam publicados em *Diário da República*, atenta a dificuldade em identificar os actos em causa, a Administração está obrigada a prestar a informação sobre a sua existência e conteúdo, sob pena de denegar o acesso aos documentos administrativos, violando o princípio da colaboração, contemplado no art. 7º, do CPA (cfr. Ac. do STA de 17.01.2008, Proc. nº 096/07). Assim, não pode acolher-se o argumento do Recorrido de que se encontra dispensado de prestar a informação solicitada, por se encontrar publicada em *Diário da República*, devendo indicar expressamente onde é que essa informação estava publicada (não se podendo limitar a remeter para um conjunto de diplomas legais que não a contêm). Ou seja, tinha de indicar os actos existentes sobre tais matérias e os concretos instrumentos de publicação dos mesmos e informar de que não havia outros para além daqueles (cfr. art. 342º do Código Civil)”.

III - Conclusão

Face ao exposto, deve a entidade requerida facultar o acesso aos documentos solicitados.

Comunique-se.

Lisboa, 16 de outubro de 2012

Helena Delgado António (Relatora) - Pedro Delgado Alves - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - Artur Trindade - João Perry da Câmara - António José Pimpão (Presidente)

³ No que se refere ao acesso a nomes e cargos desempenhados no exercício de funções públicas, veja-se o Parecer n.º 379/2009, também disponível em www.cada.pt

⁴ Disponível em www.dgsi.pt